

Política Estadual de Educação Ambiental – PEEA

**MINUTA de Decreto elaborada pelo Grupo
Facilitador criado pela Resolução SMA nº 1/2012**

308 318

Política Estadual de Educação Ambiental do Estado de São Paulo
Proposta de MINUTA de Decreto

GERALDO ALCKMIN, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das suas atribuições legais e considerando a Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Política Estadual de Educação Ambiental,
Decreta:

CAPÍTULO I - DA ESTRUTURA DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Artigo 1º - Fica instituído o Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental no Estado de São Paulo que será constituído pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pela Secretaria de Estado da Educação, por meio dos seus órgãos competentes.

Artigo 2º - São executores da Política Estadual de Educação Ambiental em consonância com os artigos 6º e 7º da Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007:

- I - os órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional estadual e municipais no âmbito de suas competências e respeitada autonomia dos entes federativos;
- II - as instituições educativas da rede privada;
- III - os meios de comunicação de massa;
- IV - as empresas e os profissionais liberais do setor privado;
- V - as entidades científicas, de classe e profissionais;
- VI - as organizações não governamentais;
- VII - as instituições públicas e privadas de ensino superior;
- VIII - cooperativas, organizações comunitárias e movimentos sociais;
- IX - a sociedade.

Parágrafo único - Órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional Federal com atuação no estado de São Paulo podem atuar, isoladamente ou em parceria com demais instituições e conforme suas especificidades, na execução de iniciativas da Política Estadual de Educação Ambiental.

CAPÍTULO II - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 3º - Compete ao Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental assegurar, supervisionar, coordenar, articular, fomentar e promover a educação ambiental no Estado de São Paulo estabelecendo suas diretrizes em cooperação com outros órgãos públicos, instâncias de gestão participativa, instituições privadas e sociedade civil organizada.

I - Cabe à Secretaria de Estado da Educação estabelecer diretrizes, fomentar, promover e desenvolver a educação ambiental, em todos os níveis e modalidades do ensino formal no âmbito de sua atuação, de forma transversal no currículo escolar, devendo integrá-la como prática educativa contínua e permanente, de acordo com os princípios e objetivos da Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007;

II - Cabe à Secretaria de Estado do Meio Ambiente estabelecer diretrizes e fomentar a educação ambiental na gestão ambiental pública, garantindo a sua transversalidade em todos os instrumentos de gestão.

308 316

Incentivar e estimular os Poderes Executivos e Legislativos a implantar a Política Municipal de Educação Ambiental de forma participativa;

III – Cabe às Secretarias de Estado da Educação e do Meio Ambiente proverem o suporte técnico e administrativo necessários ao desempenho das atribuições do Órgão Gestor desta política. Assegurarem que o Programa estadual de Educação Ambiental contemple: objetivos, diagnósticos, prognósticos, metas, cronograma, recursos materiais, recursos financeiros e indicadores de desempenho.

Artigo 4º - Compete aos órgãos e instituições executoras articular, implementar, promover, avaliar e divulgar planos, programas e projetos de Educação Ambiental integrando-os às diretrizes e ações de acordo com as respectivas áreas de atuação, priorizando as especificidades locais, tais como as Bacias Hidrográficas e microbacias, e devem estar em conformidade com a Agenda 21 local.

I - Cabe aos diferentes órgãos e entes do Poder Público estadual, em conformidade com suas respectivas especificidades, prever, implementar, promover, avaliar e valorizar a Educação Ambiental no âmbito de suas diferentes políticas públicas setoriais e intersetoriais, incluindo as de educação, meio ambiente, recursos hídricos, saneamento, resíduos sólidos, saúde, cultura, agricultura, juventude, turismo, mudanças climáticas, geração de emprego e renda, uso racional de energia, gestão urbana e demais assuntos afins;

II - Poderá o Poder Público Municipal, respeitada a autonomia dos municípios, promover a educação ambiental de acordo com as Políticas Nacional e Estadual de Educação Ambiental, com o Plano Diretor, os planos de bacia e agendas 21 locais com as instâncias e as legislações ambiental e educacional municipal para tanto se recomenda a cada município a criação de Lei Municipal de Educação Ambiental, Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental Municipal, estrutura organizativa e quadro de pessoal específicos para educação ambiental;

III – Recomenda-se às Instituições de Ensino Superior fomentar, promover e desenvolver a educação ambiental de forma transversal em seu currículo e em todas as áreas de conhecimento e integrá-la como prática educativa contínua e permanente em seus níveis de atuação e com fundamentação teórica pertinente as da Política Estadual de Educação Ambiental e da Política Nacional de Educação Ambiental;

IV – Cabe às escolas e faculdades vinculadas à rede estadual de ensino técnico e tecnológico promover a educação ambiental de forma transversal em seu currículo e integrá-la como prática educativa contínua e permanente em seus níveis e modalidades de atuação;

V – Cabe à Sociedade Civil Organizada fomentar, promover e desenvolver a Educação Ambiental alinhada aos princípios básicos e objetivos fundamentais da Política Estadual de Educação Ambiental;

VI – Cabe ao Setor Privado fomentar e promover ações de Educação Ambiental para seus públicos interno e externo alinhados aos princípios básicos e objetivos fundamentais da Política Estadual de Educação Ambiental;

VII – Cabe aos Órgãos e Entidades da Administração Indireta fomentar e promover ações de Educação Ambiental para seus públicos interno e externo alinhados aos princípios básicos e objetivos fundamentais da Política Estadual de Educação Ambiental.

Parágrafo único – Compete a todos os órgãos executores garantir a formação permanente e continuada do seu quadro de profissionais.

309 8/2

CAPÍTULO III - DA COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Artigo 5º - Fica instituída a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de São Paulo - CIEA, órgão colegiado, de caráter democrático, consultivo e deliberativo no seu âmbito, composto paritariamente por representantes governamentais e da sociedade civil, tendo as seguintes competências:

I - promover o diálogo, debate, elaboração, planejamento, acompanhamento, avaliação e implementação participativos do Programa Estadual de educação ambiental no estado de São Paulo, considerando a Política Nacional (Lei nº 9.795 de 27/04/1999) e Estadual (Lei nº 12.780 de 30/11/2007) de Educação Ambiental e das deliberações oriundas de conferências oficiais de meio ambiente e de educação ambiental;

II - propor normas ao órgão gestor, observadas as disposições legais vigentes;

III – apoiar e monitorar o órgão gestor na elaboração, gestão, execução e avaliação do Programa Estadual de Educação Ambiental;

IV – apoiar e propor processos participativos e de inclusão no planejamento, desenvolvimento, avaliação e o controle social do Programa Estadual de Educação Ambiental;

V – fomentar parcerias, integração e articulação entre instituições governamentais, não governamentais, instituições educacionais, empresas, entidades de classe, organizações comunitárias, comunidades e povos tradicionais e demais setores que se relacionam com a educação ambiental ou com questões ambientais;

VI – promover intercâmbio de conhecimentos, saberes, experiências e concepções que aprimorem o planejamento, realização e avaliação em educação ambiental;

VII – promover articulações inter e intrainstitucional, que proporcionem a convergência de esforços e recursos para a implementação das Políticas Nacional (Lei nº 9.795 de 27/04/1999) e Estadual (Lei nº 12.780 de 30/11/2007) de Educação Ambiental;

VIII – divulgar as ações da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, junto aos diversos setores da sociedade, por meio da realização de fóruns, oficinas, seminários, encontros e outros formatos de eventos tanto estaduais quanto regionais e utilizando meios de comunicação disponíveis e necessários;

IX - promover a articulação e intercâmbio de experiências com municípios;

X – avaliar as propostas do Plano Plurianual no que diz respeito à execução de planos, programas e projetos propostos pelo Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental no Estado de São Paulo;

XI – construir indicadores e critérios de avaliação em educação ambiental;

XII - estimular para que os poderes executivos e legislativos, dos municípios do estado de São Paulo, instituem a Política Municipal de Educação Ambiental nos municípios e articular para que o processo seja realizado de forma participativa, envolvendo órgãos públicos, escolas municipais e particulares, universidades, organizações não governamentais e outros segmentos da sociedade civil;

XIII – deliberar as diretrizes do Programa Estadual de Educação Ambiental;

XIV – propor diretrizes, parâmetros e prioridades de atuação aos órgãos e instituições executores de educação ambiental no estado de São Paulo;

XV – estimular e propor articulações das iniciativas em educação ambiental no estado de São Paulo com outras políticas públicas de assuntos afins nos âmbitos: federal, estadual e municipais;

310 318
X

XVI - expedir, observados os limites de suas competências, instruções normativas ou operacionais, e se posicionar e deliberar sobre a educação ambiental no Estado, sendo que seus documentos devem ser amplamente divulgados.

Artigo 6º - A Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de São Paulo terá uma Plenária, uma Coordenação Geral e uma Secretaria Executiva.

§ 1º - A Plenária será composta por todos os membros da Comissão, sendo a instância máxima de deliberação;

§ 2º - A Coordenação Geral será composta equitativamente e paritariamente por representantes do Órgão Gestor e da Sociedade Civil. A composição e o mandato da Coordenação Geral serão definidos no Regimento Interno da Comissão;

§ 3º - A Secretaria Executiva, composta pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e pela Secretaria de Estado de Educação, apoiará a Plenária e a Coordenação Geral.

Artigo 7º - É de responsabilidade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e da Secretaria de Estado de Educação a disponibilização de recursos físicos, humanos, materiais e financeiros necessários para o funcionamento da Comissão Estadual Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de São Paulo, podendo contar com apoio dos órgãos e entidades integrantes da Administração Estadual direta e indireta, cabendo a cada uma delas¹.

Artigo 8º - Compete à Comissão Estadual Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de São Paulo elaborar e aprovar o seu Regimento Interno, estabelecendo sua organização administrativa e estrutura operacional.

Artigo 9º - A Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de São Paulo será constituída de 60 (sessenta) titulares, e respectivos suplentes, designados pelo Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental de São Paulo, observada a seguinte composição:

I – 30 (trinta) representantes titulares, e respectivos suplentes, do Poder Público sendo²:

- a) 1 representante da Secretaria Estadual de Meio Ambiente;
- b) 1 representante da Secretaria Estadual de Educação;
- c) 1 representante da Secretaria Estadual de Saúde;
- d) 1 representante da Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos;

¹ Necessidade de detalhar. CJ orientou que haja um detalhamento de como cada Secretaria irá disponibilizar os recursos.

² Outras duas propostas de composição no que tange à participação das Secretarias Estaduais na Comissão foram debatidas e construídas nas discussões: uma, mais abrangente, considerando a participação das 26 Secretarias Estaduais com vagas de titulares, na outra proposta estariam as 26 Secretarias com as 13 representações sendo que as Secretarias se distribuíam entre as vagas de titulares e suplentes.

- 319 319
8
- e) 1 representante da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento;
 - f) 1 representante da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia;
 - g) 1 representante da Secretaria Estadual da Cultura;
 - h) 1 representante da Secretaria Estadual de Turismo;
 - i) 1 representante da Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Juventude;
 - j) 1 representante da Secretaria Estadual de Habitação;
 - k) 1 representante da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social;
 - l) 1 representante da Secretaria Estadual da Casa Civil;
 - m) 1 representante da Polícia Militar Ambiental;
 - n) 1 representante do Ministério Público Estadual;
 - o) 1 representante da Sabesp;
 - p) 1 representante da Cetesb;
 - q) 1 representante da Fundação Florestal;
 - r) 1 representante da Fundação Itesp;
 - s) 1 representante do Instituto Florestal, Instituto de Botânica ou Instituto Geológico;
 - t) 2 representantes do Centro Paula Souza, Unesp, Unicamp ou USP;
 - u) 7 representantes dos Municípios do Estado de São Paulo segundo as vertentes das Bacias Hidrográficas;
 - v) 2 representantes de instância federal (IBAMA, ICMBio ou Universidades Federais).

II – 30 (trinta) representantes da sociedade civil, de setores produtivos, sindicais e educacionais, de entidades, coletivos, redes, fóruns e movimentos sociais, sendo entidades que atuem na defesa do meio ambiente e na promoção da educação ambiental e políticas públicas, ainda que de forma articulada a outras temáticas.

Artigo 10 - Fica instituída a Comissão Eleitoral Provisória, composta paritariamente por representantes do poder público e da sociedade civil, cabendo a esta comissão organizar, convocar e realizar o processo de eleição para a escolha dos representantes da Sociedade Civil, de que trata o inciso II do Artigo 9º, especificamente para compor a CIEA em seu primeiro mandato, tendo esta comissão um prazo máximo de 120 dias, contados a partir da publicação deste decreto, para concluir todo o processo, ao final do qual a referida comissão será extinta.

§ 1º – a convocação da eleição que trata o caput do artigo poderá ocorrer por meio de edital, contendo todos os detalhes do processo, e que deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da publicação deste decreto;

§ 2º - a designação dos representantes a que se refere o caput do artigo deverá ser precedida de amplo processo de diálogo social, a ser promovido pela Comissão Eleitoral Provisória, sendo ela a responsável por apresentar ao Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental de São Paulo as indicações para composição da CIEA em seu primeiro mandato.

322 320
X

Artigo 11 – Após o início das atividades da CIEA, caberá à própria organizar, convocar e realizar os processos eleitorais para mudança de mandatos, cujos procedimentos deverão ser detalhados em seu regimento interno.

Artigo 12 - As funções desenvolvidas pela CIEA, não enseja qualquer tipo de remuneração, sendo considerado serviço de relevante interesse público.

Artigo 13 - São competências conjuntas do Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental e da CIEA de São Paulo:

I - contribuir na integração e no mapeamento das funções de cada ente ou instância, mobilizando-os para a execução de ações articuladas;

II - definir diretrizes e elaborar de forma participativa e capilarizada do Programa Estadual de Educação Ambiental;

III - articular, coordenar e supervisionar planos, programas e projetos de Educação Ambiental em âmbito estadual;

IV - orientar, participar e viabilizar a negociação de financiamentos a planos, programas e projetos de Educação Ambiental;

V - monitorar e avaliar periodicamente a Política de Educação Ambiental do Estado de São Paulo, Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007, este Decreto de regulamentação e demais dispositivos pertinentes, de forma contínua e permanente e participativa propondo aos órgãos competentes revisões em seu texto, sempre que se fizer necessário;

VI - articular com o governo federal e governos municipais para a implementação e monitoramento de políticas, programas e projetos de educação ambiental desenvolvidos no Estado de São Paulo contribuindo para a existência de um Sistema Nacional de Educação Ambiental;

VII - articular com os demais órgãos e instituições de âmbito federal, estadual e municipal, visando à destinação de recursos para a Educação Ambiental oriundos das compensações, sanções e multas ambientais, respeitando as diretrizes da Política Estadual de Educação Ambiental, recomendando-se a destinação de um percentual de no mínimo 20% (vinte por cento) dos recursos arrecadados;

VIII - estimular o aprimoramento, a desburocratização e a democratização do acesso aos instrumentos de fomento e alocação de recursos;

IX - fomentar a pesquisa para definição de indicadores para os Programas de Educação Ambiental;

X - monitorar e avaliar o Programa Estadual de Educação Ambiental;

XI - articular junto às Agências de fomento à pesquisa, a criação de editais específicos de Educação Ambiental;

XII - criar mecanismos de interação com as demais secretarias de Estado para o desenvolvimento de projetos socioambientais nas áreas protegidas e unidades de conservação;

XIII - articular os projetos de educação ambiental desenvolvidos pelo poder público e sociedade civil de maneira integrada, considerando as características socioambientais regionais.

3/3
3/3

XIV - articular com as Secretarias Municipais de Educação e com a rede privada, a inclusão da Educação ambiental nas Diretrizes Curriculares de seus diferentes níveis de Ensino;

XV – apoiar e estimular a rede privada, em seus diferentes níveis de ensino, a promoverem a formação continuada em Educação Ambiental de seus professores e gestores.

Artigo 14 - Cabem ao Órgão Gestor e a CIEA o fomento e acompanhamento da criação de Comissões Interinstitucionais Regionais e Municipais de Educação Ambiental, respeitando os seguintes critérios:

I – Descentralização, garantindo a representatividade de todo o território, tendo como base as unidades de gerenciamento de recursos hídricos – UGRHI;

II – Articulação com Câmaras Técnicas de Educação Ambiental dos Comitês de Bacias Hidrográficas e Conselhos Municipais.

CAPÍTULO IV - DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL

Artigo 15 - A dimensão socioambiental deve permear os currículos dos cursos de formação superior.

I - Recomenda-se a inclusão de atividades curriculares ou conteúdos específicos voltados para a Educação Ambiental:

- a) nos cursos de graduação;
- b) nas diversas modalidades de pós-graduação;
- c) na extensão universitária.

II - Recomenda-se inserir nos cursos superiores de licenciatura a Educação Ambiental como atividade curricular ou conteúdo específico, de maneira a esclarecer o seu caráter transversal e interdisciplinar;

III - Recomenda-se a utilização das áreas protegidas e unidades de conservação como espaço e ferramentas educativas para a complementação das atividades curriculares.

Artigo 16 - A dimensão socioambiental deve permear de forma transversal os currículos:

- a) do ensino infantil;
- b) do ensino fundamental – anos iniciais;
- c) do ensino fundamental – anos finais;
- d) do ensino médio.

Artigo 17 - Cabe à Secretaria de Estado da Educação de acordo com as suas diretrizes curriculares e com os princípios e objetivos da Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007:

I – diagnosticar demandas, acompanhar e avaliar sistematicamente as ações de formação continuada e definir as intervenções necessárias;

II - promover a formação continuada em Educação Ambiental dos profissionais da educação da rede estadual visando a atualização dos educadores e/ou a implementação de diretrizes e procedimentos técnico-pedagógicos e curriculares da educação básica;

III – articular com instituições de ensino superior, setor privado e com instituições governamentais e não-governamentais a formação continuada em Educação Ambiental dos profissionais da educação da rede estadual visando o aperfeiçoamento e/ou especialização dos educadores;

314
322
E

IV – articular o estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior, com o setor privado e com instituições governamentais e não-governamentais visando o planejamento e execução de projetos, produção e divulgação de materiais didático-pedagógicos em diferentes mídias e outras ações em Educação Ambiental;

V – articular, orientar e apoiar as Secretarias Municipais de Educação na formação continuada dos educadores de suas redes de ensino, e em seus programas, projetos e outras ações em Educação Ambiental.

VI - promover e articular a criação e/ou o estabelecimento de espaços de participação da comunidade escolar e seu entorno nos diálogos, no planejamento, na execução e gestão das ações de educação ambiental na escola;

VII – promover, orientar e apoiar a inserção da educação ambiental na gestão e nos projetos político-pedagógico das unidades escolares da rede estadual;

VIII – promover a articulação e garantir a representação das Diretorias de Ensino nas Câmaras Técnicas de Educação Ambiental dos Comitês de Bacias Hidrográficas visando desenvolver projetos e outras ações conjuntas em Educação Ambiental.

Artigo 18 - Cabe à Secretaria de Estado do Meio Ambiente:

I - propor e subsidiar tecnicamente a inserção das temáticas ambientais relacionadas às áreas protegidas e unidade de conservação nos processos de formação continuada promovidos pela Secretaria de Estado da Educação em todas as esferas de ensino, por meio de processos colaborativos entre as diversas instituições de ensino contextualizadas regionalmente;

II - articular junto à Secretaria de Estado da Educação e demais instituições de ensino públicas e privadas, para complementar os programas de formação continuada dos docentes em educação ambiental, considerando as áreas protegidas como espaços educadores para abordagem do conhecimento do conteúdo específico relacionado à temática socioambiental, de forma interdisciplinar e transversal;

III - estabelecer mecanismos legais (convênios e outras formas de parcerias) com órgãos de educação do estado e do município para a produção e distribuição de materiais específicos sobre as áreas protegidas e unidades de conservação, incluindo os resultados dos estudos dos institutos de pesquisa da Secretaria do Meio Ambiente, para serem utilizados pelos educadores /docentes em suas práticas pedagógicas;

IV- promover pesquisas em educação ambiental e socioambiental para subsidiar os programas das áreas protegidas e unidades de conservação, junto aos institutos de pesquisas e universidades.

V - promover a articulação e garantir a representação de seu corpo técnico nas Câmaras Técnicas de Educação Ambiental dos Comitês de Bacias Hidrográficas visando desenvolver projetos e outras ações conjuntas em Educação Ambiental.

Artigo 19 - Cabe à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia , responsável pela rede de escolas técnicas e tecnológicas estaduais:

I - promover a formação continuada em Educação Ambiental dos professores e gestores dessa rede de ensino;

3150 323
H R

II – estimular, apoiar e valorizar a inserção da educação ambiental na gestão e nos projetos políticos-pedagógicos, programas e projetos das suas unidades escolares.

CAPÍTULO V - DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL

Artigo 20 - Cabe à Secretaria de Estado do Meio Ambiente:

I - incentivar processos que possibilitem a construção de princípios, valores e posturas voltadas à conservação da biodiversidade, a diversidade cultural, a restauração ecológica, a melhoria socioambiental e uso sustentável dos recursos naturais;

II - incentivar experiências educativas nas áreas de inserção das áreas protegidas e unidades de conservação, pautadas em programas de combate à pobreza, na equidade e justiça social, sustentabilidade ecológica, política e cultural das comunidades;

III - desenvolver projetos integrados de educação ambiental junto aos povos e comunidades tradicionais situadas no interior, nas zonas de amortecimento e no entorno das áreas protegidas e das unidades de conservação, respeitando seu complexo cultural informando-as sobre seus direitos de acesso aos recursos naturais em face de seu modo de vida na região;

IV - desenvolver projetos de educação ambiental junto às populações tradicionais, quilombolas e povos indígenas dentro e no entorno das unidades de conservação e áreas protegidas, considerando seu complexo cultural, informando-as sobre seus direitos legais de acesso e uso dos recursos naturais para a reprodução do seu modo de vida e ancestralidade na região;

V - desenvolver projetos de educação ambiental em conjunto com comunidades locais e pequenos produtores rurais da zona de amortecimento das unidades de conservação e áreas protegidas considerando suas necessidades e seus valores culturais;

VI - desenvolver projetos de educação ambiental nos bairros do entorno e das unidades de conservação principalmente aqueles conflitantes à conservação da biodiversidade e com problemas ambientais, de saneamento, educação etc., em conjunto com as prefeituras municipais e outros órgãos setoriais das instâncias federal, municipais e estadual;

VII - incentivar e promover pesquisas em educação ambiental e socioambiental para subsidiar os programas das áreas protegidas e unidades de conservação;

VIII - possibilitar a institucionalização da educação ambiental junto aos órgãos gestores e áreas protegidas e unidades de conservação, com recursos humanos, infraestruturas física e financeira, de modo a constituir Centros de Educação Ambiental Regionais, incluindo-os nas redes brasileiras de centros de educação ambiental;

IX - incentivar a formação dos recursos humanos em Educação Ambiental junto às Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs;

346 374
18

X – desenvolver planos, programas e projetos de educação ambiental integrados com as políticas e instrumentos de gestão pública, considerando a complexidade urbana na busca da sustentabilidade³;

XI - incentivar e criar instrumentos que viabilizem a difusão, nos meios de comunicação de massa, em programas e campanhas educativas relacionadas ao meio ambiente e tecnologias sustentáveis;

XII - incentivar e criar instrumentos que viabilizem a educomunicação e o desenvolvimento de redes, coletivos e núcleos de Educação Ambiental;

XIII - incentivar e criar instrumentos que viabilizem a promoção de ações educativas, por meio da comunicação, utilizando recursos midiáticos e tecnológicos.

CAPÍTULO VI - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Artigo 21 - A Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Secretaria de Estado da Educação e os demais órgãos de administração direta, indireta e fundacional do Governo do Estado de São Paulo e a Iniciativa Privada, deverão consignar em seus orçamentos recursos necessários para o desenvolvimento de planos, programas e projetos da Política Estadual de Educação Ambiental.

§ 1º – Os recursos poderão também ser oriundos de fundos específicos;

§ 2º - O Estado de São Paulo, como também os municípios, por meio de suas secretarias e órgãos, poderão baixar resoluções a fim de distribuir recursos destinados à educação ambiental;

§ 3º - Será atribuição da CIEA realizar estudos e articulações para o fomento da criação do Fundo Estadual de Educação Ambiental, identificar possíveis fontes, facilitar o acesso e articular com os demais órgãos e instituições, conselhos, comitês, poder judiciário e fundos públicos ou privados visando à destinação de recursos para a Educação Ambiental.

Artigo 22 - A seleção de planos, programas e projetos para alocação de recursos públicos em Educação Ambiental do Estado de São Paulo deve ser realizada, levando-se em conta os seguintes critérios:

I - conformidade com princípios, objetivos e diretrizes da Política Estadual de Educação Ambiental de São Paulo, Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007;

II - resultados socioambiental e /ou educacional utilizando-se indicadores qualitativos e quantitativos;

III - experiência da equipe técnica e da instituição e/ou de seus parceiros em promover iniciativas educacionais;

IV – termo de compromisso e plano de continuidade de uso dos materiais permanentes adquiridos e das infraestruturas construídas com recursos públicos.

³ Exemplos de políticas e instrumentos: resíduos sólidos, drenagem, saneamento, recursos hídricos, mudanças climáticas, habitação, transporte, licenciamento ambiental, economia solidária, plano diretor, zoneamento ecológico econômico, biodiversidade, licitações públicas, prevenção de desastres naturais e redução de risco em busca da sustentabilidade urbana.

312 325
Parágrafo único - A CIEA deverá definir parâmetros de distribuição ao longo do seu território dos recursos públicos aplicados a educação ambiental tendo em vista aspectos como: população residente, população flutuante, área de abrangência, características e especificidades socioambientais, vulnerabilidade socioambiental e outros que considerar relevantes.

Artigo 23 - Compete ao Órgão Gestor e à CIEA, avaliar e acompanhar o cumprimento das diretrizes da Política Estadual de Educação Ambiental de São Paulo pelos programas e projetos de educação ambiental desenvolvidos com recursos do Governo do Estado de São Paulo.

Artigo 24 - Cabe ao Órgão Gestor e à CIEA estabelecer mecanismos de incentivo e orientações à aplicação de recursos privados em planos, programas e projetos de educação ambiental.

Artigo 25 - O Órgão Gestor e a CIEA deverão estimular e orientar os órgãos licenciadores e de fiscalização, bem como os fundos estaduais, municipais e privados a destinarem recursos para o desenvolvimento de planos, programas e projetos de Educação Ambiental.

CAPÍTULO VII - DO PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Artigo 26 - O Programa Estadual de Educação Ambiental deverá ser elaborado e coordenado pelo Órgão Gestor da Política Estadual, em parceria com a CIEA e com participação da sociedade civil, visando desenvolver princípios, diretrizes e linhas de ação para a implementação da Educação Ambiental no Estado de São Paulo, observando os seguintes critérios:

I - garantia da participação popular na discussão, elaboração, execução e monitoramento do Programa Estadual de Educação Ambiental;

II - garantia de representatividade territorial e identitária do estado de São Paulo;

III - articulações com outras políticas públicas com relevância para a questão socioambiental;

IV - atendimento aos objetivos, princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental e da Política Estadual de Educação Ambiental, Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007;

V - avaliação permanente e revisões periódicas junto à sociedade civil como forma de garantir a atualidade do Programa.

Parágrafo único – A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado da Educação providenciarão em seus orçamentos os recursos financeiros, humanos e materiais, para participação presencial dos membros da CIEA, e garantindo recursos midiáticos para participação da sociedade civil das 22 bacias hidrográficas do Estado de São Paulo, visando um processo participativo na elaboração e monitoramento do Programa Estadual de Educação Ambiental.

Artigo 27 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial os Artigos 2º, 3º, 4º e 5º do Decreto nº 55.385, de 01 de fevereiro de 2010.